

GONÇALO NUNO MAIA MARQUES¹

“esteve El Rei assim a sexta-feira até à tarde, em que logo se achou mal, e foi em todos a maior tristeza que podia ser, porque o haviam já por são [...] e El Rei ficou muito triste, e mui cortado, e toda aquela noite deu muitos suspiros com muita paixão, porque aquele dia se dera por são, o qual prazer lhe durara tão pouco”

Garcia de Resende – Crónica d'El Rei D. João II

A Imagem do Rei e do Príncipe

Nem sempre é fácil resumir a acção de um governante a uma palavra que, de forma indelével, descreva o seu percurso político e administrativo. Tal não é, porém, o caso de D. João II, cujo cognome – o *Príncipe-Perfeito* – demonstra bem o respeito e a reverência que a esmagadora maioria da historiografia nacional e internacional consagram a este rei português, dando-lhe foros de governante exímio, monarca assertivo e homem de estado irrepreensível.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins resume, aliás, o reinado de D. João II nos seguintes termos: “(fortaleceu) a auctoridade real, concentrando-a, e pondo termo, com o apoio do elemento popular, à preponderância intolerável de uma nobreza turbulenta, abarrotada de privilégios, exercendo actos de jurisdição com todo o carácter de soberania, paralyndo por isso, senão anulando mesmo, a auctoridade real”² (note-se a simpatia de Oliveira Martins pelo cesarismo). Este esforço centralista e centralizador – na esteira de um D. Afonso III ou de um D. João I – permitiu que a coroa assumisse um conjunto de prerrogativas administrativas e fiscais cada vez mais amplas, como o controlo dos poderes intermédios (concelhos, corregedores e juizes de fora), do poder eclesiástico (através das visitas a dioceses e mosteiros, no sentido de averiguar eventuais prevaricações na concentração fundiária e nas isenções fiscais) e da própria empresa da expansão ultramarina, que aliás já tinha sido confiada ao então príncipe herdeiro D. João, pelo seu pai, Afonso V, desde meados dos anos 70 do século XV.

Em traços genéricos, o perfil político de D. João II pode ser resumido do seguinte modo:

- Um protector zeloso da *Razão de Estado*, sendo precursor do Absolutismo Régio e de nomes como Richelieu e Mazarino, colocando (e, sobretudo, misturando) os interesses do Poder acima dos seus próprios, eliminado todos aqueles que possam prejudicar a boa governança e os negócios da *res publica*, que justifica, inclusivamente, a pena capital sobre conspiradores.

¹ Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC). Doutorando em História pela FLUP. Investigador da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho (APHVIN). Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

² MARTINS, Oliveira – *O Príncipe Perfeito*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1896, p. 36 (citado por HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan : Instituições e Poder Político no Portugal do século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p. 35).

- Um estadista frio, que não hesita em confundir interesses nacionais com motivações pessoais (precursor do nascituro “o Estado sou Eu”, de Luís XIV), adepto de uma concepção maquiavélica – ainda que temperada, como refere José Mattoso – do exercício do poder³, autoritária e “musculada” nos meios.

A Crónica do Rei Morto – algumas imagens historiográficas

O Discurso Oficial: a Cronística

Começamos esta incursão pela cronística coeva do reinado do *Príncipe-Perfeito* e por uma das figuras mais próximas do monarca nos seus últimos anos de vida: Garcia de Resende. Íntimo colaborador de D. João II e um fiel servidor da coroa, Resende era o *moço de escrivadinha d’el Rei*, como o próprio reclama nos seus escritos, revelando na sua prosa uma grande afinidade pelo monarca e uma secreta admiração pela personalidade do estadista e do homem, que não deixa o leitor indiferente. Naturalmente, as especificidades do discurso cronístico devem ser tidas em conta: trata-se de um texto laudatório, que visa glorificar a acção do monarca que “encomenda” e patrocina a obra e em que a lógica discursiva do(s) poder(es) enubla e ensombra, muitas vezes, uma compreensão clara e distanciada dos factos.

No Capítulo 211 da referida Crónica, Resende apresenta a evolução da doença do monarca, referindo que “*esteve El Rei assim a sexta-feira até à tarde, em que logo se achou mal, e foi em todos a maior tristeza que podia ser, porque o haviam já por são [...] e El Rei ficou muito triste, e mui cortado, e toda aquela noite deu muitos suspiros com muita paixão, porque aquele dia se dera por são, o qual prazer lhe durara tão pouco*”⁴. Apercebemo-nos claramente que o Rei tinha a sensação de estar doente, facto que é confirmado mais adiante pelos físicos da corte e almeja por uma recuperação que, ao mesmo tempo lhe traga algum ânimo – e *ao sábado se achou já muito pior, e se lhe dobrou o fluxo, com que lhe vieram desmaios, e mortais acidentes, pelos quais El Rei conheceu a sua morte [...]*. Eis, portanto alguns dos sintomas clínicos que, num futuro que esperemos próximo, analisando o corpo do rei, possam trazer alguma luz sobre este curioso mistério histórico.

Por seu lado, D. João II “*quis saber e ser da verdade desenganado* quanto ao destino que o esperava que *lhe parecia que se chegava sua morte*”⁵[...]. Dois homens são encarregues de fazer chegar ao *Príncipe Perfeito* a triste nova – “*escolheram para lhe darem o triste e mortal desengano o Bispo de Tânger dom Diogo Ortiz e o Prior do Crato dom Diago de Almeida [...]*,”

³ Que leva aliás José MATTOSO a considerá-lo *um Maquiavel bem temperado* (cf. *História do Portugal Medieval: Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993 – Apêndice e Videogramas).

⁴ RESENDE, Garcia de – *Crónica d’El Rei D. João, segundo deste nome*. Colecção “*Biografias da História de Portugal*”. Lisboa: Edições Quidnovi/Jornal de Notícias, 2004, p. 151.

⁵ cf. *Idem Ibidem*, p. 151.

que com muitas lágrimas e soluções lhe disseram que os físicos eram já desenganados de sua saúde, e que sua morte senão escutava senão fosse por milagre de Deus [...]”⁶.

Perante a irreversibilidade da marcha da doença que o afectava, D. João II procura ter uma atitude serena e tanto quanto possível tranquilizadora, quer para si, quer para os seus mais íntimos. Mas vamos dar palavra ao monarca: “*Esta embaixada que me ambos dais é bem triste, e de muita desconolação para o corpo, mas com ela, dou muitas graças a Deus, e pois ele disso é servido, sei que para salvação de minha alma é mui necessária, e pois me fez tanta mercê que me deu conhecimento de minha morte*”⁷. Ora, o testamento é finalizado, com a ajuda de Rui de Pina, que mais tarde se encarrega de o ler, e é claro que “*el Rei deixava o Duque [D. Manuel, cunhado de D. João II e Duque de Beja] por seu herdeiro e sucessor*”⁸.

Gorada a possibilidade de ver D. Jorge a ostentar a coroa que durante 19 anos conservara nas suas mãos, o *Príncipe Perfeito* vai nomear o cunhado como seu sucessor e herdeiro ao trono, consciente, apesar da admiração evidente que nutria por D. Jorge, da sua competência e qualidades, evidenciadas, entre outros cargos, na condução dos destinos da Ordem de Cristo e nos Ducados de Viseu e Beja. Resende, por outro lado, procura desmistificar a rivalidade entre os dois herdeiros (D. Jorge e D. Manuel) corroborando que *também que ele [o Duque] melhor que outrem requereria as coisas do senhor dom Jorge seu filho, que el rei na cédula muito encomendava ao duque* ⁹[...]. Registada que está a decisão do monarca, é chegado o momento de transmitir as últimas vontades de D. João II à Rainha Dona Leonor e ao seu irmão, D. Manuel, que se encontravam no Paço de Alcácer do Sal – e pôs o sinete: *também foi escrita com os meus aparos [de Garcia de Resende] e penas, como testamento, e beijou a mão a El Rei com muitas lágrimas, e logo ele, e o dito dom Álvaro partiram com ela de Alvor bem noite caminho de Alcácer, onde o Duque estava com a Rainha*¹⁰.

O cronista prossegue a sua narrativa assinalando a serenidade de D. João II perante a proximidade do seu desaparecimento terreno e alguns dos seus caprichos:

- *não quis El Rei que estivesse com ele o senhor dom Jorge seu filho*
- *e mandou quando Deus fosse servido de o levar, logo seu testamento fosse aberto, nele achariam o que depois da sua morte haviam de fazer*¹¹

Ao mesmo tempo, Garcia de Resende parece insistir na vontade do monarca em ser sepultado na Sé de Silves (desejando ser posteriormente trasladado para o Mosteiro da Batalha,

⁶ cf. Idem *Ibidem*, p. 151.

⁷ Idem *Ibidem*, p. 151.

⁸ Idem *Ibidem*, p. 152.

⁹ Idem *Ibidem*, p. 152.

¹⁰ Idem *Ibidem*, p. 152.

¹¹ Idem *Ibidem*, p. 152.

onde já se encontravam o seu pai, o seu avô e todos os membros da Ínclita Geração de Avis num verdadeiro panteão) talvez por naquela hora de desengano o Reino do Algarve ter sido o único a revelar alguma preocupação pela posição do monarca – *tornou a mandar que o levassem à Sé de Silves, e lançassem seu corpo na Sé, e depois levassem daí sua ossada ao Mosteiro da Batalha [...]*¹². Por outro lado, o Bispo de Tânger recorda a D. João II alguns dos momentos chave da narrativa bíblica, aos quais D. João II vai replicar o seguinte – *Bispo, não me lembreis nenhuma coisa da Lei Velha*¹³. Podemos deduzir que, num momento de irremediável desfecho da sua vida, D. João II prefere evitar as narrativas apocalípticas e sangrentas do Velho Testamento, pelas quais não parece nutrir particular simpatia, para que a sua alma partisse em plena harmonia e tranquilidade.

Do discurso directo do monarca usado no texto cronístico gostaríamos de destacar 3 momentos mais significativos:

1º Momento - *Não me conforteis, que eu fui tão mau bicho, que nunca me acenaram que não mordesse* ¹⁴[...]

Nesta passagem, o Rei assume, com humildade, algumas das suas faltas, numa atitude que, em última análise, podemos considerar tipicamente cristã – assumir perante o Criador os pecados da vida terrena para que se possa salvar a alma das chamas infernais. Por outro lado, repare-se como D. João II auto critica o seu posicionamento passado, chegando ao ponto de se considerar um *mau bicho*, que não hesitou em atacar todos aqueles que o hostilizassem, qual predador. Este momento acrescenta predicados à imagem mental de um D. João II obstinado e determinado nos seus objectivos políticos, mas de difícil convivência, pelas marcas psicológicas de uma personalidade excepcionalmente vincada.

2º Momento - *Não me chameis alteza, que não sou senão um saco de terra, e de bichos*¹⁵ [...]

Ao tempo do seu falecimento, El rei pretende encerrar um ciclo de governação e figurar num plano pura e simplesmente humano e pessoal, distinto do de estadista. Paralelamente, o rei elabora uma descrição de si próprio como um saco de terra e de bichos e, portanto, como um ser animalesco e por quem não se deve alimentar grande estima. Pensamos que neste ponto em concreto, a solidão a que está votado pelos mais directos elementos da sua família (esposa, filho e irmã), terá sido determinante para o desespero e a agonia que assolam os últimos momentos da curta vida de um grande rei.

¹² Idem *Ibidem*, p. 152.

¹³ Idem *Ibidem*, p. 153.

¹⁴ Idem *Ibidem*, p. 153.

¹⁵ Idem *Ibidem*, p. 153.

3º Momento - *Daqui duas horas me finirei [...] tenho tamanho amargor na boca que se não pode sofrer*¹⁶

Primeiramente, um presságio – D. João parece calcular exactamente o momento da sua partida terrena, perante a estupefacção dos seus mais chegados colaboradores e amigos e com a confirmação de Resende de que assim foi. Este elemento parece demolidor. Mais – o Rei revela que sente a boca de tal modo amarga que é incapaz de recorrer à plenitude dos seus poderes sensoriais – mais um sinal de envenenamento? Ou o desgaste físico de um monarca devastado interiormente?

Num primeiro momento, o capelão do monarca parece não sentir sinais vitais em D. João, pelo que lhe dá a extrema unção e esboça o gesto de lhe fechar os olhos, ao que o monarca moribundo murmurou - *Bispo, ainda não vem a hora*. Em seguida, D. João reza o “*Agnus Dei*” e apaga-se.

Terminamos o relato essencial de Garcia de Resende – ao qual, deliberadamente, dedicamos mais atenção neste trabalho pela sua riqueza descritiva e informativa – com a passagem do enterro (e posterior exumação) do corpo de D. João: “*E quando el rei foi enterrado lhe lançaram dentro no ataúde três alcofas de cal virgem para ser comido mais cedo, e quando o desenterraram, cuidando de achar somente os ossos, o acharam todo inteiro que se conhecia como em vivo, e com um muito suave cheiro não sabido, que cheirava muito bem, de que foi mui grande espanto, e assim inteiro jaz ainda agora, e as coisas que em seu corpo tocam prestam para muitas enfermidades, e tem feito muitos milagres (como dito é) ¹⁷[...]*”. Como poderão depreender, esta passagem fez nascer aquela que é, ainda hoje, uma das mais badaladas questões historiográficas em torno da vida do monarca: a possibilidade de ter sido envenenado. Enquanto a ciência forense e a antropologia médica não se pronunciarem, nunca teremos a certeza ...

Quanto a Rui de Pina: se em duas pinceladas nos for pedido para traçar um retrato psicológico da figura de Rui de Pina enquanto cronista, diremos que ele encarna bem a figura do funcionário público zeloso ao serviço da coroa. Servidor de Afonso V, de D. João II e de D. Manuel, Pina parece ter grandes afinidades com os mais próximos colaboradores do aparelho de Estado, o que lhe confere uma visão burocrática do funcionamento do sistema político. Na sua essência, o texto não trará grande novidade ao leitor dos escritos de Garcia de Resende, já que a narrativa dos acontecimentos que redundam na morte do soberano segue, aproximadamente os mesmos passos literários.

¹⁶ Idem *Ibidem*, p. 153.

¹⁷ Idem *Ibidem*, p. 155.

Começamos pelo capítulo 80¹⁸, onde o cronista faz uma descrição inicial da melhoria e ânimo que D. João sente (numa sexta – feira) e a sua posterior recaída (sábado), bem como a curiosidade permanente do soberano quanto ao seu estado de saúde, que traduz a preocupação que já sentia – *mas porque poderia ser maginaçam sua, queria delles saber a verdade* ¹⁹[...].

Não há novidades quase nenhuma face ao relato de Resende, salvo a presença dos “homens do monarca”, ou seja, os principais conselheiros da cúria régia, no momento da verdade: *“Houve el Rey assi finado, a vista de todos ate que de todo arrefeceu; e em quanto ho aparlhavam e metiam na tumba, os do conselho tiraram d’hu cofre o seu testamento que Ruy de Pina logo abrio, e leeo todo pubricamente* ²⁰[...]”.

Em seguida, a missão difícil que paira sobre o Bispo de Silves e o Prior do Crato, encarregues de *desenganarem* o já mais que *desenganado* monarca e seu senhor. E diz o monarca: *“essa embaixada que me daaes he assaz triste, e amargosa; mas co ella dou muitas graças a Deos, porque pera mym he muy necessaria*²¹.”

Por outro lado, preparando a salvação da sua alma, o monarca manda instalar no seu quarto um altar portátil com uma cruz e a imagem de Nossa Senhora, da qual parece ser particular devoto²². Outra questão que parece já bem resolvida na mente de D. João II é a da sua sucessão – gorada a possibilidade de ver o filho dilecto D. Jorge a ostentar a coroa na sua cabeça – uma vez que *“tinha declarado o Duque por seu socessor*²³”.

Uma versão semelhante à de Garcia de Resende com uma ressalva: a referência aos homens do conselho ilustra bem a fidelidade do núcleo duro do aparelho de Estado ao *príncipe perfeito*, até nos seus últimos momentos de vida.

A Crónica do Rei Morto – algumas imagens historiográficas

O Discurso Oficioso: a Historiografia Tradicional (Costa Cabral e Anselmo Braancamp Freire)

Começamos este percurso analítico pelo juízo de Francisco da Costa Cabral, coronel de cavalaria (sendo ajudante de campo de D. Manuel II) e filho de António Bernardo da Costa Cabral (Presidente do Conselho de Ministros, Conde de Tomar e Par do Reino). Admirador confesso do “Príncipe Perfeito”, Costa Cabral afirma: *“D. João II actuou sempre descobertamente. Guiado, é certo, pela Razão Política, procedeu sempre em nome da vontade própria. E sob este ponto de vista tinha ele fatalmente que passar, aos olhos da sociedade*

¹⁸ PINA, Rui de – *Crónicas*. Porto: Lello e Irmão (Colecção Tesouros da Literatura e da História), 1977, pp. 1026 – 1027.

¹⁹ Idem *Ibidem*, p. 1026.

²⁰ Idem *Ibidem*, pp. 1032-33.

²¹ Idem *Ibidem*, p. 1027.

²² Idem *Ibidem*, p. 1027.

²³ Idem *Ibidem*, p. 1027.

*enfeudada nas antigas tradições, como um tirano despótico e audaz, que abusava do scetro para satisfazer os seus caprichos*²⁴.

Em seguida, Costa Cabral faz referência ao uso crescente do veneno como forma de silenciar os tiranos da Europa Renascentista – *ora nestes tempos da renascença, o veneno era muito em voga [...] considerava-se uma arma vulgar, tão legítima como a espada ou o punhal*²⁵. Esta posição, bastante arrojada, mas não exclusiva no quadro da historiografia tardo-romântica, advoga como possibilidade o facto de D. João II ter sido envenenado, o que teria posto termo à sua vida.

Segundo o autor *a proeza realizou-se em Évora, aproveitando-se o hábito del Rei ir frequentemente, pela tarde, beber à fonte da cuberta, que fica pouco distante da cidade*²⁶. Um assunto que, à época, não era dado como “encerrado” pela historiografia : *ignora-se qual fosse o veneno empregado e mais de um autor, como Camilo, Manuel Bento de Souza e ultimamente o senhor Brancaamp Freire, se ocuparam do assunto [...] em nenhum colhemos o mínimo dado que viesse incutir em nós uma convicção mais profunda, do que a deixada pela leitura de Rezende e Rui de Pina* ²⁷[...].

Adianta também o autor que, para além do monarca, três dos seus homens de maior confiança²⁸ perecem na mesma época em que D. João se encontra em Évora²⁹, o que legitima plenamente a tese do envenenamento.

Relativamente à posição de Anselmo Brancaamp Freire, explicitada nas páginas do *Archivo Historico Portuguez* e nos *Estudos* (nomeadamente no artigo *envenenado*) e citada por Costa Cabral, fica claro que *Manuel Bento argumentava unicamente com dizeres dos cronistas [...] as mortes não foram três, foram quatro porque ao mesmo tempo que os três criados também D. João II morreu. Este facto ignorava Manuel bento por não conhecer os documentos a que já me referi* ³⁰[...].

Costa Cabral, prefere afirmar que *não resta dúvida de ter sido na Fonte da Cuberta que tanto o Rei como os três criados foram vítimas de uma tentativa de envenenamento*³¹. Mas, diríamos que o ponto da discórdia entre os autores, reside num aspecto bastante curioso – enquanto Brancaamp Freire e Manuel Bento são defensores de que o monarca foi envenenado gradualmente ao longo da sua vida com pequenas doses de arsénico, Costa Cabral prefere

²⁴ CABRAL, Francisco da Costa – *Dom João II e a Renascença Portuguesa*, Lisboa, Livraria Ferin Editora, 1915, p. 185.

²⁵ *Idem Ibidem*, p. 186.

²⁶ *Idem Ibidem*, p. 187.

²⁷ *Idem Ibidem*, p. 187.

²⁸ cujos nomes referiremos na página seguinte.

²⁹ como fica dito na página 188 do referido estudo de Costa Cabral.

³⁰ *Idem Ibidem*, p. 189.

³¹ *Idem Ibidem*, p. 189.

colocar uma ênfase fundamental nos acontecimentos da Fonte da Cuberta, em que o monarca terá sido fatalmente vítima do veneno.

Por outro lado, quanto aos três homens (para além do próprio monarca) que são vítimas do veneno ministrado na fonte eborense, Costa Cabral identifica-os como *homens da copa d'el rei* – Fernão de Lima, Estêvão de Sequeira e Afonso Fidalgo. Estes indivíduos, directos colaboradores do soberano, estavam encarregues de provar tudo o que pairava sobre a mesa régia, o que poderá levar-nos a deduzir que o monarca poderia suspeitar de uma tentativa de envenenamento ou, pura e simplesmente, que este seria um hábito corrente na corte o que, no nosso actual estado de conhecimentos, ainda não podemos sustentar (ainda que saibamos que o hábito de ter provadores na Corte data da Antiguidade Pré-Clássica). Certo é que estes três funcionários tinham por dever de ofício fazer provas da comida e da bebida oferecidas ao monarca e que, à época dos acontecimentos, D. João II não bebia vinho (excepto depois da doença), comia duas vezes ao dia e, à mesa, raramente se encontrava só³².

Brancaamp Freire *declara peremptoriamente que foram D. Manuel e a irmã Dona Leonor quem mandou ministrar o veneno. É possível, provável até que assim fosse, dada a indole de ambos eles*³³.

Eis-nos perante um momento chave deste trabalho – a análise de uma tese que, diríamos permanente e inconscientemente paira na mente da historiografia joanina, a possibilidade de D. João II ter sido envenenado pela rainha e pelo cunhado, tendo presente um conjunto de circunstâncias que levariam a este desfecho:

- as represálias pelo assassinato de D. Diogo, Duque de Viseu, irmão de Dona Leonor e de D. Manuel, às mãos do monarca
- a execução pública do Duque de Bragança, D. Fernando (II), em Évora, sendo este cunhado de Dona Leonor (casado com a sua irmã, Dona Isabel).
- a política de perseguição à alta nobreza
- a vitória de D. Manuel na luta pela sucessão a D. João II, de acordo com o testamento do monarca, que tornavam o soberano praticamente inútil

Perante esta tese, Costa Cabral enumera alguns aspectos que vão de encontro à hipótese de culpabilidade da Rainha em todo este processo e que passaremos a enumerar:

- a luta que travara pela restituição dos bens confiscados aos conspiradores

³² ideias expressas na página 190.

³³ *Idem Ibidem*, pp. 190-91.

- a posição de Dona Leonor em relação à trasladação do marido para a Batalha que considera *moralmente impossível* (segundo cláusula testamentária)³⁴.

Como conclusão deste ponto, Costa Cabral refere que *se a existência de D. João II não passou, desde que foi Rei, de um descontinuado sofrimento, os últimos anos da sua vida foram um calvário. As conseqüências do veneno, cada vez mais acentuadas vêm juntar-se as profundas mágoas da vida íntima e as graves preocupações da política externa [...] no fim do verão de 1494 a doença terminou-lhe em crara e mortal idropsia*³⁵. Uma palavra sobre esta doença – a Hidropisia – que resulta de um enfraquecimento gradual dos tecidos orgânicos, motivada por acumulação de líquidos no corpo.

A Rainha parte para Viana do Alentejo, onde previne a família do que se vai passando, enquanto que *a doença del Rey em grande crescimento pera mal [...] perdia o gosto de comer [...] lhe aborrecia já ver gente*³⁶. Por último, assistimos ao momento em que *D. João II, o Príncipe Perfeito a suplicar, a justificar-se perante o Duque de Beja, é talvez a feição mais cruel da trágica agonia do “grande rei”*³⁷.

A Historiografia Contemporânea (Manuela Mendonça e Luís Adão da Fonseca)

No que diz respeito à morte de D. João II, a autora apresenta-a como *o nascimento do Príncipe Perfeito*³⁸, à semelhança de Oliveira Martins. Começa por referir a autora: *certamente acompanhado de uma réstea de esperança na cura que humanamente via impossível, D. João II partiu para Monchique e daí para a última viagem de que teve consciência*³⁹.

É muito provável que o monarca depositasse grande confiança no parecer dos físicos e que tenha encarado a partida para terras algarvias como uma última e desesperada tentativa de se curar. Por outro lado, já nesta época as águas das Caldas de Monchique eram famosas para curar quase todo o tipo de males.

Outra ideia que perpassa deste trecho, é a ideia de que a cura era *humanamente impossível*, ou seja, o Rei já tinha esgotado quase todo o tipo de soluções terapêuticas e não contava com a estabilidade e o apoio emocional da rainha, que o abandonou nos seus últimos momentos, preferindo juntar-se ao Duque de Beja em Alcácer do Sal, tendo apenas como fonte

³⁴ *Idem Ibidem*, p. 191.

³⁵ *Idem Ibidem*, p. 191.

³⁶ citação da crónica de Rui de Pina, contida na página 192.

³⁷ *Idem Ibidem*, p. 192.

³⁸ MENDONÇA, Manuela – *D. João II : um percurso humano e político na génese da modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1995, pp. 467 – 70.

³⁹ *Idem Ibidem*, p. 467.

de afecto o apoio de D. Jorge de Lencastre (seu filho bastardo) e dos seus mais chegados colaboradores.

Daí que, remata a autora, *muitos autores têm debatido apaixonadamente as causas da morte do monarca; a hipótese de envenenamento tem pairado, com base no testemunho dos próprios cronistas* ⁴⁰[...]. Novamente se reaprecia a tese de Brancaamp Freire, que coloca a Rainha Dona Leonor como protagonista do envenenamento gradual do marido com arsénico. Manuela Mendonça dirá que *esta questão é tão delicada quanto inconclusiva*⁴¹. Por outro lado, a autora refere que os familiares mais próximos de D. João II foram vítimas de morte precoce (vejam-se os casos de Afonso V e da Princesa Santa Joana), e que também nestes casos se chegou a adiantar a hipótese de terem sido envenenados⁴².

Perante todo este emaranhado de dúvidas, a autora está convicta, como Garcia de Resende, que *o monarca morreu quase sozinho*. Para além do que já tem sido referido neste domínio, acrescentamos a informação de que também Aires da Silva, camareiro-mor do *Príncipe Perfeito*, *não hesitou em abandonar o rei nos seus últimos momentos*⁴³.

Manuela Mendonça sugere uma outra forma de envenenamento: *Parece ficar muito claro que o Rei teve consciência que todos os abandonavam; a começar pela Rainha que ficara em Alcácer e pelo Duque que jamais ocorreu ao chamamento, todos ou quase todos se preparavam para partir... não estaremos perante mais uma forma de envenenamento?* ⁴⁴[...]. Eis a tese de Manuela Mendonça – um *envenenamento psicológico* provocado pelo desgaste emocional que uma série imensa de abandonos, de traições emocionais e de desgostos teve sob o fragilizado génio psíquico do monarca. Uma série penosa de acontecimentos terá, também, acelerado a marcha inelutável da morte, que ocorreria no pôr-do-sol de um dia e de uma vida, a 25 de Outubro de 1495. Manuela Mendonça prossegue a sua análise referindo que não é linear que o *Príncipe Perfeito* tivesse ingerido veneno, apesar de um ano depois da sua sepultura o corpo ter sido encontrado incorrupto.

Por outro lado, a autora deixa claro que *não pretendemos defender a seriedade da Rainha Dona Leonor, nem é o facto de ser ela a fundadora das misericórdias que a iliba de liderar o processo que ajudou à destruição física, mas sobretudo psíquica do marido*. Os *actos de caridade e a adopção de um hábito numa Ordem Terceira, poderão ser entendidos como símbolo de ascese e de santidade, ou expiação e arrependimento por pecados cometidos*⁴⁵. Este elemento é fundamental, porque não torna Dona Leonor *inocente*, pelo contrário, induz-nos

⁴⁰ Idem *Ibidem*, p. 467.

⁴¹ Idem *Ibidem*, p. 467.

⁴² Idem *Ibidem*, p. 467.

⁴³ Idem *Ibidem*, p. 468.

⁴⁴ Idem *Ibidem*, p. 468.

⁴⁵ Idem *Ibidem*, p. 468.

a reflectir na outra face da sua vocação misericordiosa e no papel sério e *comprometido* que teve no lento e penoso calvário do marido.

Mais dirá – *pensamos é que D. João II foi até ao fim da sua vida homem suficientemente previdente para se rodear de cuidados máximos, perante a dúvida de um envenenamento [...] acreditamos demais na perspicácia de D. João para lhe atribuímos semelhante ingenuidade*⁴⁶. Se esta tese, pela sua estruturação e fundamentação, parece plausível, não menos provável será a possibilidade de D. João poder ter sido *traído*, uma vez mais, por algum dos seus homens de maior confiança, ou mesmo pela Rainha e pelo Duque, que pela sua posição charneira no seio da corte bem poderiam ter desejado vingar os seus familiares e a velha nobreza, restaurando no trono um soberano mais próximo da aristocracia e dos seus desígnios.

Não nos custa a acreditar quer numa, quer noutra tese. Uma análise científica aos restos mortais do monarca, no entanto, poderia elucidar muitos elementos enevoados pela nostalgia romântica da historiografia oitocentista e pela nova historiografia política, interessada na análise psicológica da figura do rei – *corpo incorrupto não será pois sinónimo de conservação devido aos efeitos do arsénico, como o suave odor não se explicará, necessariamente, pela santidade*⁴⁷. E neste sentido de oposição do corpo material ao corpo espiritual, Manuela Mendonça vai desenvolver a tese de Joseph R. Strayer relativamente aos *dois corpos do rei* – precisamente o temporal e o transcendental, aplicando-a ao *Príncipe Perfeito* – *diremos mesmo que o rei se manteve vivo num dos seus corpos – o político – pela acção que em vida desenvolveu*⁴⁸.

É a exortação do Rei Político, do Estadista, do *Homem da Governança* – *e aqui está o Rei Total, o Homem de todos os predicados: bom porque soube amar o seu povo, assumindo na divisa do pelicano o inteiro significado da paternidade política*⁴⁹[...].

Por último, fica lançada a ideia de que a construção do mito do *Príncipe Perfeito*, senhor de todas as qualidades políticas e humanas do príncipe da Renascença, é sobretudo construída pela sábia imaginação popular. Um povo que o monarca sempre amou e um povo que, no leito de morte, vai visitar o monarca e orar pelo restabelecimento da sua saúde⁵⁰.

Consagrado historiador algarvio e investigador na Universidade de Coimbra, Joaquim Romero Magalhães, no III volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso⁵¹, vai debruçar-se sobre os *régios protagonistas do poder*, naturalmente incluindo neste rol a figura do

⁴⁶ Idem *Ibidem*, p. 468.

⁴⁷ Idem *Ibidem*, p. 469.

⁴⁸ Idem *Ibidem*, p. 469.

⁴⁹ Idem *Ibidem*, p. 469.

⁵⁰ Idem *Ibidem*, p. 470.

⁵¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Os régios protagonistas do poder : D. João II*, in História de Portugal, direcção de José MATTOSO, Vol. III (*no Alvorecer da Modernidade*, coordenação de António Manuel HESPANHA e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 513 – 521.

Príncipe Perfeito. Para além das considerações de âmbito político, que tomamos a liberdade de avançar, interessa-nos particularmente a posição do autor sobre a doença e a morte do Rei, que agora passaremos a analisar. Diz Romero Magalhães que *o Rei está doente. Houve quem suspeitasse de envenenamento (o que ao tempo e com tal personagem não é nada inverosímil). Procura alívio para o seu mal nas Caldas de Monchique. Não chegou lá. A 25 de Outubro de 1495 morreu no Alvor* ⁵²[...]. Interessa-nos, sobretudo, a primeira parte da afirmação – a probabilidade do envenenamento do rei em função das circunstâncias do tempo e da própria personagem. Romero Magalhães poderá estar a referir-se muito bem à primeira fase do reinado e ao controlo monárquico da grande aristocracia, que terá granjeado junto destes nobres sentimentos de animosidade aberta para com o rei.

Por outro lado, uma consideração de fim de ciclo de governação, que realça os êxitos ultramarinos de D. João – *Portugal estava pronto para novos destinos, com os escudos bem direitos, sem permitirem suspeita de derrota. E o título de Rei alarga-se figurando agora também como Senhor da Guiné*⁵³.

Joaquim Veríssimo Serrão, sob o título de *termo de um grande reinado*, começa por apontar como considerações iniciais o choque entre D. João e Dona Leonor quanto à legitimação de D. Jorge de Lencastre e as dificuldades legais que dificultavam a realização da vontade do monarca⁵⁴.

*Mas a oposição da rainha Dona Leonor e da Nobreza afecta ao Duque de Beja não permitia tal veleidade, nem o pobre monarca já dispunha de energia física e força política para impor a sua vontade. D. João II acabou por sacrificar o bastardo às razões que lhe impunha o direito sucessório e que vieram a beneficiar o seu primo e cunhado D. Manuel. À «malencosia» juntaram-se os males hidropisíacos que lhe agravaram o estado*⁵⁵.

Pormenores curiosos são aqueles que Veríssimo Serrão vai apontando ao longo das suas páginas (cuja coerência permite estabelecer um “roteiro”). Senão vejamos:

1º *na hora extrema não quis ver D. Jorge, talvez para lhe evitar o doloroso espectáculo*⁵⁶.

2º *O Homem grande que fora senhor de um reino veio a morrer num estado de humilde solidão*⁵⁷.

⁵² Idem *Ibidem*, p. 521.

⁵³ Idem *Ibidem*, p. 521.

⁵⁴ tema muito estudado por D. António Caetano de SOUSA na *História Genealógica da Casa real Portuguesa* e nas suas *Provas*.

⁵⁵ Idem *Ibidem*, p. 114.

⁵⁶ Idem *Ibidem*, p. 115.

⁵⁷ Idem *Ibidem*, p. 115.

3º *Correram vozes ao tempo, de que os cronistas se fazem eco, de que na origem da morte estivera a peçonha ministrada na água pelos seus inimigos*⁵⁸.

Veríssimo Serrão, um pouco à semelhança do que aqui temos tentado fazer, apresenta a evolução historiográfica dada a este tema do seguinte modo:

- ❖ Brancaamp Freire, Oliveira Martins e Manuel Bento de Sousa são os autores que mais veementemente defenderam a tese do envenenamento do monarca (sendo que Brancaamp Freire se pronuncia favorável ao arsénico e Bento de Sousa à água pestilenta da Fonte da Coberta)
- ❖ Do outro lado da barricada estão o Conde de Sabugosa e o Dr. António de Lencastre, que afirmam que o monarca sofreu de uma nevrite crónica, provocada por uma excepcional tensão nervosa⁵⁹

Por outro lado há uma informação preciosa que nem sempre é muito tida em conta pela historiografia contemporânea – o desaparecimento dos *Livros de Chancelaria* referentes aos anos de 1493 a 95 (que cobrem os últimos anos de reinado), que como sabemos foram anos muito difíceis para D. João.

Veríssimo Serrão, experimentado investigador joanino, justifica este *desaparecimento* dos livros como uma forma de acção levada a cabo *por uma força cortesã que teria interesse nisso*⁶⁰. E de facto, conclui que *a parte final do reinado continua imersa em sombras que o testemunho dos cronistas não chega para clarificar*⁶¹.

Numa tirada final, dirá o académico – *mas ao Historiador do nosso tempo não escapa o forte drama palaciano que envolveu o termo do reinado*⁶².

Terminamos esta incursão pela nossa historiografia contemporânea com o parecer de Luís Adão da Fonseca, autor da mais recente biografia do “*Príncipe Perfeito*”, inserida na série do Círculo de Leitores sobre os “Reis de Portugal” (com coordenação do Professor Doutor Roberto Carneiro). Sobre Dona Leonor diz que *“recorda-se bem que o marido aprisionara, julgara e condenara à morte o duque de Bragança, seu cunhado, e, o que mais grave era, apunhalara pessoalmente um seu irmão. Já muito aguentara. Neste momento, são os laços de sangue e a raiva de mulher ofendida que lhe ditam a reacção. Ninguém lhe levará a mal, mas, objectivamente, isso significa que o poder castelhano tem armas em Portugal que se podem*

⁵⁸ Idem *Ibidem*, p. 115.

⁵⁹ Idem *Ibidem*, p. 115.

⁶⁰ Idem *Ibidem*, p. 115.

⁶¹ Idem *Ibidem*, p. 115.

⁶² Idem *Ibidem*, p. 115.

*jogar contra D. João II. E o monarca português cede*⁶³. Este ascendente castelhano sobre Portugal será, de facto, uma constante no reinado de D. Manuel I – quer por via da pressão no sentido da instalação do tribunal do Santo Ofício no reino, quer pela política de casamentos cruzados entre os dois reinos – e reequilibrará o xadrez político peninsular.

Em jeito de conclusão, Adão da Fonseca é absolutamente peremptório: *“Fico por aqui. Não me parece que tenha qualquer sentido discorrer sobre o problema do envenenamento do rei, sobre o qual tantas palavras se escreveram. Relendo-as agora, tem-se a noção de quase tudo quanto de publicou é construído sobre o vazio. É suficiente citar uma frase de Anselmo Braancamp Freire (“Não vou acusar D^a Leonor de ter propinado a morte a seu marido. Não tenho provas disso; mas parece-me possuir já as suficientes para quase poder afirmar que D. João II morreu efectivamente envenenado”) para se perceber os caminhos perigosos a que pode conduzir determinado tipo de investigações...”*⁶⁴.

CONCLUSÃO?

Procuramos enquadrar as diferentes perspectivas historiográficas e cronísticas que se debruçam sobre o ainda mal solucionado tema da morte do *Príncipe Perfeito*. O nosso principal objectivo, para além da necessária análise histórica do problema que nos parece essencial, foi transmitir que *este ainda não é um caso encerrado...*

Se, por um lado, uma análise aos restos mortais do monarca poderia trazer mais luz sobre o assunto, não menos importante será uma análise psicológica de todas as figuras envolvidas e dos seus perfis psicológicos (à maneira de Agatha Christie). Uma coisa parece certa afirmar – D. João II morreu jovem, com a idade de 40 anos, apesar de, como já referimos, a esperança média de vida não ser muito superior aos 45/50 anos de idade⁶⁵. Se o mal que o atacou se deveu a uma doença grave ou a efeitos da acção humana não o sabemos e, provavelmente, nunca o viremos a saber, pelo menos nos exactos detalhes em que se processou. Há elementos para todos os gostos:

- se a hipótese do desaparecimento dos *Livros de Chancelaria* dos últimos anos do reinado pode ser a *cereja em cima do bolo* dos defensores do envenenamento do rei, pode ser também a derradeira prova da culpabilidade das altas esferas do reino. Pode, ainda, e de forma menos “conspirativa” dever-se a factores naturais: chuvas, deficiências na instalação de documentos no arquivo régio, reaproveitamento de documentos, etc...

⁶³ FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 174.

⁶⁴ *Idem Ibidem*, p. 177.

⁶⁵ claro que a idade centenária com que D. Jorge da Costa, *Cardeal Alpedrinha*, faleceu, não pode ser generalizada a uma época em que as condições de salubridade estão longe de ser as mais satisfatórias e as pestes, na sua maioria, não podem ser controladas recorrendo à medicina, aliás também ela incipiente.

- se a ausência da Rainha e do Duque no leito de morte de D. João II podem ser sinais de algo, será de receio perante a reacção do monarca, que como sabemos era irascível⁶⁶
- também sabemos que D. João II tinha prometido a D. Manuel o trono, caso o seu filho varão, D. Afonso, morresse, o que veio de facto a acontecer
- e o *golpe de misericórdia* será a teimosia de Dona Leonor na recusa de legitimação de D. Jorge de Lencastre, por receio claro que um *bastardo* (antes de mais esta condição de bastardia) prosseguisse – eventualmente – a política de disciplinação da nobreza e, eventualmente, colocasse em causa a posição de D. Manuel. Esta recusa será um rude golpe na relação que unia D. João e Dona Leonor – já abalada, como é bom de ver, pelo apunhalamento do Duque de Viseu, D. Diogo (irmão da rainha) e pela execução pública de D. Fernando, Duque de Bragança (seu cunhado).

Reflectamos um pouco quanto aos resultados ou consequências de qualquer um destes cenários: como se sabe o monarca sofria, clinicamente, de hidropisia, uma doença que como já aqui referimos se traduz numa *acumulação patológica de líquido nos tecidos ou em certas cavidades do corpo, especialmente no abdómen*⁶⁷. Independentemente do modo como o monarca se tornou portador desta enfermidade, é incontestável que a ausência de um equilíbrio familiar nos últimos momentos da sua vida agravou, claramente, o seu estado de saúde. Mormente quando vê a sua consorte abandoná-lo para se juntar ao irmão, como que preparando o terreno para a sucessão e certos de que o desenlace seria favorável às suas pretensões.

Será que tiveram medo de enfrentar D. João por receio de vergonha numa altura em que apesar de frágil na sua saúde, o monarca teria um ascendente tão forte sobre eles que nem os próprios conseguiam explicar? Ou procuravam – apesar de tudo – evitar um encontro com aquele que fora o responsável pelas mortes dos seus familiares próximos (irmão e cunhado) para lhe evitar uma humilhação ou vexame ou, ainda noutra perspectiva, a raiva que deveriam sentir por tais mortes?

O que sabemos é o resultado dos acontecimentos do pôr-do-sol de 25 de Outubro de 1495 – a aclamação de D. Manuel em Alcácer do Sal, no dia seguinte, como Rei de Portugal. E apetece-nos colocar uma questão: numa época em que as vias de comunicação, com ligeiras alterações pontuais, sobretudo no sul do país, mantinham o traçado da via romana (com reformas e modificações, naturalmente), não deixa de ser curiosa a brevidade com que D. Manuel soube da notícia e se fez aclamar monarca. Poderá a traição de Aires da Silva,

⁶⁶ Rui de Pina chega a referir que quando ficava irado, D. João II *ficava com enormes veias de sangue nos olhos*, que lhe davam um semblante aterrorador.

⁶⁷ Enciclopédia DN, volume 1, p. 833.

Mordomo-Mor de D. João II, ter acelerado o processo? Teria D. Manuel um emissário em Alvor que o informou da morte do monarca? Ou teria ainda o até aí Duque de Beja calculado – se é que poderia – a lenta agonia do Rei em função da marcha de alguma droga medicinal, ou até de algum veneno?

Com a subida de D. Manuel ao trono, nunca a Nobreza conheceu ventos tão favoráveis como os que sopraram no Reinado de Afonso V, com o crescimento exponencial do número de doações e de *comtias*, sustentadas quase exclusivamente nos ricos tratos do Atlântico e do Índico. Curioso será verificar que D. Manuel abandona a política de descobrimento sistemático de novas terras, para se dedicar, tal como Afonso V, à conquista de praças-fortes (que correspondia aos interesses da aristocracia portuguesa), quer em África, quer na Índia e ao não apostar prioritariamente no Brasil, que será alvo da atenção prioritária da coroa no reinado seguinte, de seu filho D. João III.

Independentemente da forma como tudo se terá passado, o espectador contemporâneo não escapa indiferente à tragédia que, nos últimos anos de vida, se abateu sobre a existência daquele que, alguns anos antes, era o mais temido, respeitado e considerado monarca da Europa Ocidental. Tal como ao historiador não escapa a dificuldade de ver com nitidez tudo o que se passou, tal é a sobreposição de camadas interpretativas e a mistura de informações de natureza histórica, ideológica e política que se vão sucedendo e, até, contradizendo.

Tantos anos depois continua – e, possivelmente, continuará – a pairar uma enorme massa de névoa sobre o que realmente se terá passado em Alvor.